

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (SMRIS) E OS PROCESSOS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DAS CIDADES NO BRASIL: UMA ANÁLISE DE PORTO ALEGRE ¹

GERMANO Jr; Claudio Wantuir²

RESUMO

O objetivo da presente investigação é analisar o processo de institucionalização da Secretaria Municipal de Relações Internacionais (SMRI) na cidade de Porto Alegre durante o período de 1994 até o ano de 2017. A hipótese geral tida como base, se firma na premissa de que as secretarias para além de fomentarem a inserção internacional, também estabelecem estruturas e conexões externas que vão além da esfera de governança estado-União. O método utilizado na análise do caso será o hipotético dedutivo sendo o artigo estruturado em três partes. A primeira introduz uma leitura geral da ação internacional das cidade sendo seguida pela segunda parte que foca na experiência brasileira e a participação de municípios na atuação internacional do país. Na última parte têm-se a exposição do estudo de caso seguido das considerações finais.

Palavras-chave: Paradiplomacia, Internacionalização, atores subnacionais, Secretarias Municipais de Relações Internacionais.

ABSTRACT

The objective of the present investigation is to analyze the process of institutionalization of the Municipal Bureau of International Relations (SMRI) in the city of Porto Alegre during the period from 1994 to 2017. The general hypothesis based on the premise that secretariats, in addition to fostering international insertion, also establish external structures and connections that go beyond the sphere of state-Union governance. The method used in the analysis of the case will be the hypothetical deductive being the article structured in three parts. The first introduces a general reading of the international action of the city followed by the second part that focuses

1 Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia.

2 Claudio Wantuir Germano Júnior (UFU) graduando em Relações Internacionais, Uberlândia, MG – wantuir.germano@gmail.com

on the Brazilian experience and the participation of municipalities in the international performance of the country. In the latter part we have the exposition of the case study followed by the final considerations.

Keywords: Paradiplomacy, Internationalization, subnational actors, municipal secretaries of international relations

Introdução

A constante transformação das relações entre os Estados-nação no âmbito dos estudos das Relações Internacionais é uma causa motora para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de teorias e estudos sobre o funcionamento do mundo. Com o advento da globalização, algumas teorias antes usadas para explicar principalmente os contextos da Guerra Fria, perderam espaço sendo adaptadas à nova ordem estabelecida no final dos anos 80, início dos anos 90. Vários autores vieram se debruçar sobre o entedimento dessa nova ordem e principalmente a relação dela com os Estados modernos e os entes que a ele estão ligados.

As disputas baseadas nos dois pólos vigentes, até então, caracterizavam o equilíbrio de poder que foi rearranjado pelo aumento das conexões entre os Estados. Esse aumento das conexões sejam elas econômicas, diplomáticas ou até mesmo ideológicas, deu base histórica empírica para que Robert Keohane e Joseph Nye desenvolvessem a teoria da interdependência complexa que ofereceu um significativo alargamento das ferramentas de análise usadas pelas teorias das Relações Internacionais. O conceito de interdependência, é explicado pelos autores como, “situações caracterizadas por efeitos recíprocos entre os países ou entre atores em diferentes países” (KEOHANE & NYE, 1989, p. 8).

Sendo autores de grande importância dentro das Relações Internacionais essa nova forma de compreensão do mundo veio a calhar nesse grande contexto de mudança e expansão de formas de organização política. Nesse mesmo contexto de pós Guerra Fria seguido de uma maior quantidade de relação e comunicação entre os estados alguns movimentos tomaram força, sendo eles o da criação e unificação de grandes blocos políticos (supranacionais) e descentralização de algumas formas de governança (movimentos subnacionais).

Outros teóricos explicam o fenômeno da emergência de novos atores nas relações internacionais pelo advento da globalização e do avanço das tecnologias de informação. A descentralização política e a ressignificação do papel do Estado é vista por Manuel Castells (1999) como a era da “revolução da informação”. Segundo o autor, os avanços tecnológicos conduziram a uma facilitação no custo de processamento e disseminação da informação.

Com isso, houve um relativo nivelamento de poder entre os Estados possibilitado pela simetria de acesso a informação e, de modo consequente, previsibilidade e possibilidade de novas ações políticas. Foi percebido assim, uma redistribuição e reorganização do poder político baseado na detenção da própria informação, de acordo com as capacidades de absorção e incorporação de seus efeitos na condução das políticas dos Estados (CASTELLS; GERHARDT, 1999).

Através dessa base teórica consegue-se entender, em partes, o movimento de internacionalização interdependente entre atores subnacionais dentro da esfera Estatal. Dada a evolução dos sistemas Estatais e do sistema político internacional, observa-se no hodierno uma incapacidade dos Estados em suprir todas as interdependências e necessidades demandadas por suas unidades subnacionais, sejam elas internas ou externas.

Tal argumento explica o porquê de algumas metrópoles e, principalmente, ilhas de desenvolvimento passarem a assumir participação internacional de acordo com as realidades locais. Os conceitos de cidades globais e paradiplomacia, destarte, ganham força e representam um papel estratégico para as regiões que buscam desenvolvimento e inserção no cenário internacional (RIBEIRO, 2009).

Através da criação de secretarias e órgãos administrativos municipais especializados, as prefeituras de grandes e médias cidades passam a cada vez mais buscar cooperação internacional com vistas a suprir suas necessidades e problemas locais de maneira paralela aos interesses do Estado³. Sendo assim, o presente trabalho

³ O atual estudo é consequência de uma análise do autor baseada na observação de uma tendência atual que segue em partes a descentralização de poder e política, seja de potenciais ilhas de desenvolvimento ou de metrópoles e grandes complexos sociais. Não se pretende porém, reconhecida a complexidade do tema, entrar nos debates ontológicos e epistemológicos que permeiam as raízes do movimento de internacionalização de cidades visto que esse é mais antigo do que a existência do próprio Estado *Westfaliano*.

pretende estudar esse novo aspecto nas Relações Internacionais com enfoque na paradiplomacia pública e institucionalização da Secretaria Municipal de Relações Internacionais (SMRI) da cidade de Porto Alegre.

O principal problema levantado pelo atual artigo se concentra na pergunta: como a institucionalização das Secretarias Municipais de Relações Internacionais (SMRIs) afeta as ações paradiplomáticas e os diferentes processos de inserção internacional no Brasil?

A hipótese preliminar levantada ao problema investigado, se concentra em uma grande premissa. Essa premissa se concentra no fato de que as SMRI's são importantes pois o governo municipal ao assumir responsabilidades internacionais e se dedicar ao processo de criação e de institucionalização de uma secretaria própria voltada às suas relações internacionais, pode de maneira mais efetiva fazer políticas públicas voltadas ao assunto. Percebe-se que essas políticas podem vir a ser direcionadas para suprir deficiências (*gaps*) no processo de internacionalização de um município. Assim a secretaria ajudaria de maneira efetiva e coordenada o melhoramento desses espaços criando um perfil cada vez mais global e internacionalizado para a cidade.

A escolha do caso foi feita tanto por meio de critérios regionais (uma capital de um estado do sul com fronteiras internacionais próximas) quanto qualificantes (uma das primeiras cidades a possuir uma SMRI de certo modo ativa). Interessante notar também o posicionamento e participação da cidade de Porto Alegre em fóruns internacionais multilaterais como a rede de Mercocidades em que o município se mostra integrante. A escolha do caso também se justifica pela possibilidade de se traçar parâmetros comparativos às outras cidades com seus respectivos processos de internacionalização.

Vale ressaltar, que por ser uma cidade pioneira nos processos paradiplomáticos e de internacionalização, a cidade de Porto Alegre já conta com uma ampla literatura descritiva e teórica de seu caso. É de grande utilidade alguns desses estudos já realizados para a confirmação da minha argumentação sobre o processo de construção institucional que envolve a internacionalização da cidade. A especificidade do presente artigo assim, se concentra na tentativa de ligar (utilizando de uma métrica mostrada posteriormente) o caso de Porto Alegre e sua institucionalização com a realização de uma inserção internacional mais efetiva a longo prazo.

Desses estudos os mais utilizados são os de Mônica Salomón, Carmem Nunnes e Maria Clotilde Ribeiro. Também são utilizadas informações atuais disponíveis pela página da secretaria dentro do *site* da própria prefeitura e de instituições externas a ela como a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Nesta última fonte, são mostrado dados comparativos a apresentações sobre o nível de internacionalização da universidade (disposto em relatório pela UFRGS) que influenciam positivamente nos fatores de internacionalização da cidade.

A intenção do artigo e do caso selecionado é a de analisar como Porto Alegre criou em sua prefeitura uma estrutura específica para se tratar de suas relações externas. De igual modo, pretende entender como esse órgão específico ou posteriormente SMRI, podem influir em suas relações externas e em seus processos de inserção internacional.

Visto que o processo de internacionalização de uma cidade pode ser analisado por meio de vários fatores usaremos aqui a delimitação de perfil de cidades globais criadas por Panayotis Soldatos (1996, p. 216 *et seq.*) como base teórica e critério qualificador do caso estudado. De acordo com o autor, as cidades globais ou internacionalizadas devem ter em seu perfil 13 características através das quais é possível traçar seu nível de internacionalização. São elas:

- 1 Posição geográfica de abertura para o mundo;
- 2 Recebe fatores de produção estrangeiros (investimento, mão de obra, etc) e fluxo de comércio (mercadorias e serviços);
- 3 Abriga instituições estrangeiras e internacionais (empresas, bancos e diversas outras instituições sócio-econômicas, culturais e científicas; organizações internacionais; etc.);
- 4 Exporta fatores de produção e suas instituições econômicas, sociais, culturais e científicas têm presença no exterior;
- 5 Multiplicidade de comunicações sociais com o exterior;
- 6 É diretamente interligada com o exterior por meio de transporte e de comunicações;
- 7 Possui um setor de serviços voltado para o exterior e oferece um sistema de suporte aos atores estrangeiros ou internacionais (hotéis, escolas internacionais, centros de convenções, etc.);
- 8 Possui uma mídia de repercussão e difusão internacionais;
- 9 Acolhe regularmente encontros e outros tipos de atividades internacionais (congressos, exposições, festivais, jogos esportivos, etc.);
- 10 Abriga instituições nacionais, regionais e locais de reputação internacional ou ativas no âmbito das relações internacionais;
- 11 Exerce uma paradiplomacia urbana (pública ou privada), apoiada em serviços especializados de relações internacionais e em estratégias de internacionalização;

- 12 Mantém entendimentos (acordos, protocolos, etc.) com atores estrangeiros ou internacionais e participa das redes internacionais de cidades ou de instituições de cidades;
- 13 Possui uma população com composição étnica diversificada (SOLDATOS, 1996, p. 216 *et seq*)

Serão utilizados esses fatores como referência⁴ para se traçar níveis de inserção internacional e qualificação da cidade proposta no estudo. É cognoscível a existência de outros fatores assim como de conceitos, axiomas e interpretações acerca do assunto, mas aqui justifica-se o uso de Soldatos pela facilidade em se comparar a análise do caso estudado com o de outras cidades.

A ação internacional das cidades

Visto que a ação internacional das cidades podem ser compreendidas sob várias óticas diferentes, se mostra interessante para o presente artigo o escrutínio das ferramentas e mecanismos que as cidades dispõem como possibilidades de atuação internacional. Do ponto de vista da moderna divisão política do Estado, as cidades se configuram uma unidade subnacional no âmbito internacional. Dessa forma, como já analisado por Castells e Borja em seus estudos na área de Globalização e cidades como atores políticos, percebe-se que nem todos governos municipais que aspiram as práticas externas possuem as estratégias e ferramentas necessárias para tal (CASTELLS; BORJA, 1996).

Isso se dá principalmente, pela própria divisão do sistema de governança ao qual as cidades estão submetidas, assim como a falta de popularidade, pesquisa e aceitação do próprio movimento paradiplomático como uma área de escrutínio importante dentro do próprio Sistema Internacional de Estados. ⁵Tal realidade, como presa o presente

⁴ Aqui levaremos em conta os fatores de internacionalização levantados por Panayotis Soldatos. O autor delimita uma série de características que caracterizam os perfis de cidades globais e que permitem traçar o nível de internacionalização de uma cidade. Por meio desse nível de internacionalização obtido com a leitura dos fatores de acordo com as realidades das cidades propostas no estudo, pretende-se analisar como a SMRI pode de diferentes maneiras, em diferentes casos, contribuir no processo de internacionalização do município.

estudo, tende a mudar no contexto internacional dinâmico em que o Sistema de Estados se constrói.

Assim, ao resgatar a visão de autores importantes na área, percebe-se que as estratégias mais utilizadas pelas cidades com a finalidade de se internacionalizar são:

Estratégias de participação ativa na vida internacional (por meio de participação em eventos, *city marketing* e associações internacionais); Estratégias de estímulo das organizações internacionais de cidades e poderes locais; Estratégias de participação nos processos de integração regional; Estratégias de promoção e constituição de redes de cidades; Estratégias de fortalecimento da presença direta dos governos locais no sistema de cooperação internacional. (BORJA; CASTELLS, 1997, tradução do autor)

É condizente aqui, para melhor entendimento da forma de atuação e influência desses mecanismos, a contribuição de James Rosenau (1990, p. 36 et seq.) que separa os “atores condicionados pela soberania” (*sovereignty-bound*) e “atores livres de soberania” (*sovereignty-free*). Com o seu reforço teórico ao assunto, observa-se uma grande gama de atores que se classificam como livres de soberania. As empresas multinacionais, os grupos étnicos politicamente articulados, as agências burocráticas assim como os partidos políticos, entram nessa classificação. Rosenau, nos mostra ágil pois classifica os governos subnacionais também dentro dessa gama de atores livres.

A contribuição do autor favorece a compreensão dos limites de atuação e quais estratégias estão disponíveis para cada agente. Visto que as estratégias para uma participação ativa na vida internacional podem variar em forma e intensidade de acordo com a unidade subnacional ou o agente que pretende se internacionalizar, Rosenau mostra que apesar de ser livre da problemática da soberania que o Estado enfrenta no sistema internacional, um agente subnacional também possui suas limitações.

A diferenciação entre agentes subnacionais e o próprio Estado apesar de conseguir êxitos no tocante a capacidade de atuação, se mostra injusta visto a enormidade da disparidade de governança e de atuação entre os dois comparantes.

⁵ Nos escritos de Salomón (2012), encontram-se um interessante exemplo relativo à importância do estabelecimento e manutenção de comunidades epistêmicas e de pesquisa na área como ferramenta auxiliadora na empreendimento externo subnacional. É afirmado, estudando a Cooperação Descentralizada no Brasil a partir dos anos 2000, que a criação de arranjos institucionais (estruturais ou burocráticos) permitiu a participação de gestores municipais e acadêmicos. Tal participação se mostrou um auxiliador específico que gerou resultados positivos nessa forma de ação paradiplomática.

Como bem sabemos, faz parte do papel do Estado como instituição centralizadora a administração e tutela de suas partes. Tendo as unidades subnacionais, e no caso aqui estudado, as cidades como partes componentes do Estado, é de se concluir a limitação que as cidades sofrem ao tentar movimentos próprios sejam eles a própria internacionalização ou resolução de problemas de governança de ordem interna.

Constitucionalmente pouco foi mudado ou adaptado a essa nova realidade das cidades⁶. A própria tentativa de adoção de agenda ou de uma ação externa mais ou menos articulada pelas cidades já se mostrou um desafio à União e ao próprio Itamaraty.

Assim, visto tais contribuições, pela complexidade do tema se encontra uma parcela de dubiedade. Ao mesmo tempo que as unidades subnacionais ou cidades são restringidas em certo nível pelo sistema de governança estatal, elas possuem maior liberdade de atuação internacional visto que não sofrem com as responsabilidades mesmas dos Estados soberanos. Dentro dessa dubiedade se encontra as possibilidades de inserção externa de cada município. Entre as limitações impostas pelo Estado e a maior liberdade de um ator não soberano, cada cidade que possui aspirações à internacionalização deve medir suas possibilidades e se adequar aquelas que mais vão se aproximar dos resultados esperados.

Visto que são tantas as particularidades que englobam os atores interessados no movimentos externos, observa-se que os motivos, estratégias, instrumentos, recursos e limites das cidades diferem muito entre si. Novamente, de acordo com Borja e Castells (1997) concluímos que a própria participação ativa da cidade na vida internacional

⁶ Cabe enfatizar que as secretarias conduzem suas ações internacionais de comum acordo com o ordenamento jurídico-administrativo da União Federal. A chamada “Federação Trina” é disposta no Artigo 18 da Constituição Federal do Brasil: “A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição”. Não se pretende adentrar nos méritos jurico-administrativos do movimento paradiplomático em si, visto que a densidade do assunto levaria a construção de outro artigo em específico, mas cabe retratar que oficialmente, o discurso governamental opta pela alcunha de diplomacia federativa. Tal termo é encontrado em teses desenvolvidas no Ministério das Relações Exteriores (MRE) dentro dos altos estudos do Instituto Rio Branco. Em resumo a diplomacia federativa se encontra como uma vertente da diplomacia presidencial, em que levando em conta o sistema federalista permite a participação e influência de entes federados nos programas e políticas externas dos governos nacionais (BRASIL, 1988, Art 18)

(devido a era da informação e suas vicissitudes) se configura como uma estratégia em si. A participação em eventos internacionais, o *city marketing*, as estratégias de participação nos processos de integração regional e o fortalecimento da presença direta dos governos locais no sistema de cooperação internacional configuram também manobras.

Assim para finalizar, observamos que o enfoque estratégico paradiplomático de municípios muda muito. De acordo com Keating (2000) as estratégias adotadas por este nível de governo se constroem por suas motivações e estruturas de oportunidade. Visto que as estruturas de oportunidade constroem quais estratégias podem ser usadas pelos municípios e quais não, temos aqui uma grande diferença da ação externa de um agente subnacional daquela feita pelo Estado. Normalmente o Estado tem infinitas mais estruturas de oportunidade, acesso a informação e possibilidades estratégicas do que um mero município. Percebe-se assim o peso na comparação e na própria definição do que é agenda externa para cada ator (Estado; município). Cabe aos envolvidos no processo de internacionalização, a análise dos interesses, informações, recursos e oportunidades disponíveis visando consonância com a realidade observada em cada caso.

A Experiência brasileira: as unidades subnacionais e o Estado

Na atual organização jurídica brasileira encontra-se uma lacuna no que toca a função e controle do Estado no reconhecimento legal das ações internacionais de estados e municípios. Sendo um movimento ainda recente⁷, não há legislação específica na constituição que delimite capacidades e possibilidades de atuação para os municípios.

Tal fato se tornou um incômodo do ponto de vista da organização federativa do Estado e acabou desencadeando na criação da Assessoria de Relações Federativas (ARF) vinculada ao gabinete do Ministro das Relações exteriores. Posteriormente foi

⁷ A paradiplomacia brasileira vêm aumentando progressivamente desde os anos 80, mas foi somente nos 90 que unidades subnacionais locais avançaram para alcançar algum tipo de inserção internacional. Há três grandes casos de cidades que se destacam na ação internacional da época: Curitiba, São Paulo e Porto Alegre. Apesar da assimetria de atuação, as três serviram e ainda servem de *best practices* aos outros movimentos de internacionalização municipal que se deram após os anos 90.

transformada na Assessoria para Assuntos Federativos e Parlamentares (AFEPA) e mesmo que de forma reativa ao movimento promoveu uma maior capilaridade à formulação das estratégias de política externa nacional. (RIBEIRO, 2009)

Com o passar do tempo também foram criadas algumas associações nacionais como a Confederação Nacional de Municípios (CNM) e a Frente Nacional de Prefeitos com o intuito de reconhecer e organizar as ações internacionais dos municípios no Brasil. Além dessas associações, o Itamaraty também abriu escritórios regionais em vários estados da federação com a intenção de aproximar a relação de internacionalização dos municípios com a União.

Com o crescimento progressivo de municípios se internacionalizando, principalmente depois dos anos 2000, vários teóricos acadêmicos fizeram pesquisas acerca do assunto. De acordo com levantamento apontado por Milani e Ribeiro (2011, p. 6) feito nos anos de 2007 e 2008, dentre 72 municípios selecionados como espaço amostral, somente 29 possuíam alguma estrutura formal de internacionalização e 22 procuravam fomentar a prática internacional sem apresentar qualquer estrutura institucional para tanto.

Nesse mesmo estudo feito por Milani e Ribeiro publicado em 2011 sobre as práticas e o cenário paradiplomático no Brasil, percebe-se que dentro dos 72 municípios selecionados em seu espaço amostral, vinte deles se firmam no Norte e Nordeste do Brasil e os outros cinquenta e dois no Sul, Sudeste e Centro-oeste do país. Aqui também podemos levantar uma reflexão sobre a disparidade do movimento paradiplomático no Brasil e a respectiva distribuição do movimento. Visto que a região Norte e Nordeste se mostra menos desenvolvida social e economicamente, fica claro que a disparidade do movimento está ligada a heterogeneidade da distribuição de riquezas entre as regiões. Tal fator influencia as motivações e capacidades que levam um município a querer se internacionalizar (MILANI; RIBEIRO, 2011)

As regiões Sul e Sudeste, de acordo com esse mesmo estudo dos autores apresentam um total de 76%, ou 51 dos 72 dos municípios selecionados. Interessante notar também, que a maioria dos municípios que criaram estruturas formais com a intenção de se inserirem internacionalmente o fizeram entre 2004 e 2007. Esse *boom* pode ser explicado pelo período de transição entre os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva. É afirmado pelos municípios pesquisados, de

acordo com os autores, que a criação de uma estrutura formal para além de dar visibilidade nacional e internacional para a cidade, também se mostra um fator importante para o recrutamento de assistência e mão de obra técnica em alguns setores da economia assim como melhorias nos setores de investimentos e comércio (MILANI; RIBEIRO, 2011).

Visto que o país conta com cerca de 5.600 municípios (aproximadamente) percebe-se que a paradiplomacia e a criação de secretarias de relações internacionais ainda se mostra um movimento incipiente e de grande capacidade de expansão futura. Cabe a ressalva de que nem todo município consegue ou conseguirá sucesso em sua empreitada internacional. Como já disposto anteriormente, é visto que inúmeras variáveis influenciam o processo sendo elas a localização geográfica, o orçamento e tamanho do município, a permuta de partidos e de poder na administração local entre outros.

Cabe ressaltar aqui, para entendermos mais sobre o movimento de inserção internacional das unidades subnacionais no Brasil que para maioria dos autores que estudam paradiplomacia, a atividade internacional de governos subnacionais não prejudica a política externa dos Estados. Pelo contrário, ela vem de certo modo a complementar de maneira mais íntima. Geralmente o que se percebe são atuações de curto prazo que não caracterizam objetivos gerais e estratégias de futuro. Esse movimento é conhecido como *stop and go*⁸ e acaba por se mostrar regra entre a maioria dos municípios que exercem a paradiplomacia ou a internacionalização no Brasil.

Segundo Keating (1998) os governos subnacionais atuam no cenário externo com modelos que se identificam com temáticas de atuação e resultados breves. Entre essas temáticas estão convênios tecnológicos, investimentos, atividades relacionadas a questões que envolvem cooperação técnica. Tais ações são marcadas por objetivos específicos que não se firmam ou permanecem a longo prazo, dando assim característica ao movimento paradiplomático de acordo com a conceituação do *stop and go* ou seja,

⁸ “Na prática do stop and go (...) os estados e municípios buscam o mundo exterior por razões pragmáticas e não possuem políticas sistemáticas voltadas para a manutenção destas atividades. Há ações voltadas a convênios tecnológicos, cooperação técnica, empréstimos, turismo, investimentos, dentre outras, mas em geral estas ações dispersam-se nas atividades gerais dos governos” (Vigevani; Prado, 2010, p. 41).

um movimento de atuação não uniforme que começa e termina de acordo com determinada necessidade ou questão. Aqui temos a explicação do porquê da atividade paradiplomática hoje não oferecer grandes ameaças ao Estado brasileiro, visto que a prática em si não se firma como algo que pode a longo prazo desfavorecer ou desequilibrar a federação trina ou até mesmo a atuação e política externa do país.

Talvez aí, encontremos a resposta para a falta do acompanhamento legislativo ou regulatório necessário à aspiração da prática externa pelos municípios. O movimento paradiplomático ou de internacionalização das cidades em si não se mostra perigoso ao Estado já que sua prática não se firma na continuidade e também não busca ferir os interesses maiores que estão sob as capacidades do Itamaraty e da política externa do país. É argumentado por Miklos (2010) que apesar de ser uma preocupação inicial ao Estado, este passou a entender a atuação paradiplomática como uma atividade que complementa e não prejudica à condução da política externa nacional. A própria definição de paradiplomacia (ou diplomacia paralela) reforça essa percepção.

Visto que o movimento de inserção internacional e paradiplomático hoje no Brasil segue esse movimento de objetivos específicos e de curto prazo conhecidos como *stop and go* podemos perceber a institucionalização aqui pesquisada como algo que rompe a estrutura dessa forma de atuar. Vendo o cenário paradiplomático num contexto mais amplo dentro do país, a institucionalização de uma Secretaria de Relações Internacionais dentro de uma prefeitura pode ser uma ótima ferramenta para romper com essa questão da brevidade com vistas a promover planos estratégico de médio e longo prazo que possam beneficiar a cidade ou agente subnacional, e de mesmo modo não ferir os interesses do Estado.

Conclui-se portanto, que há uma precariedade no que toca as estruturas institucionais que visam a internacionalização das cidades no Brasil, sejam elas secretarias específicas ou órgãos internos paralelos ao governo municipal (é o que ocorre em muitos casos). Em grande parte essa precariedade é consequência de alguns fatores que também se mostram interessantes se confrontados com os fatores de Soldatos dispostos no início do artigo. Esses fatores que dificultam e precarizam a internacionalização das cidades no Brasil são: a falta de apoio político e institucional por parte do governo central; a prevalência do *stop and go*; a incapacidade e

insuficiência de conhecimentos técnicos por parte de gestores e prefeitos; a falta de recursos financeiros entre outros. (RIBEIRO, 2009)

Todavia, apesar de diminuta a participação numérica de vários municípios na atuação internacional no país, percebe-se que ainda há órgãos em grandes cidades que podem servir de modelo na consolidação de uma internacionalização efetiva. É intuito da próxima parte do artigo entender em parte esses municípios e como eles podem vir a ser exemplos de atuação.

Estudo de caso: análise da institucionalização da SMRI, atuação paradiplomática e perfil de internacionalização de Porto Alegre

Como apresentado no tópico anterior, é nítida a influência das inúmeras particularidades que cada município possui no seu processo de internacionalização, sejam elas internas ou externas. Ainda se utilizando aqui de Rosenau com seu conceito de “atores livres de soberania” (*sovereignty-free*), percebe-se que estes, não sendo pressionados do mesmo modo como os “atores condicionados pela soberania” (*sovereignty-bound*) possuem de certo modo maior possibilidade de espaço de ação e negociação perante agentes externos.

Dentro das limitações e possibilidades encontradas pelo município então, conclui-se que um ente subnacional não é totalmente livre para criar e fomentar agendas (já que este se encontra dentro do Estado e dos constrangimentos que isso significam para a atuação) mas também não são de todo modo presos (já que do ponto de vista internacional e interdependente entre os agentes subnacionais no mundo, esses não precisam se preocupar com o peso que a soberania tem – se comparado ao Estado-nação – na formulação de suas estratégias e na assinatura de acordos e protocolos). Fica um pouco confuso entender as limitações e capacidades assim de cada ator subnacional já que ao mesmo tempo que ele é constrangido pela organização política, ele também possui algumas liberdades de escolha.

O processo de institucionalização de secretarias internacionais assim, se firmam como um movimento que busca adquirir maior expertise e *know-how* (principalmente no que toca a negociação com atores internacionais) frente o Estado e a centralidade de órgãos como o Itamaraty. É visto portanto, uma possibilidade aos governos não centrais

ou “atores livres de soberania” a suprir suas demandas por governança e solução de desafios locais/regionais usando a possibilidade da internacionalização como ferramenta.

No caso da cidade de Porto Alegre, ao lado da cidade de São Paulo, temos dois exemplos pioneiros de processos de internacionalização ativos. Ambos municípios se firmaram como um dos primeiros do país a deliberadamente construir uma estrutura institucional interna que passou a influenciar diretamente nas estratégias adotadas em sua ação externa. No caso da capital do Rio Grande do Sul, a permanência de um mesmo partido (PT- 4 gestões 1989-2004) permitiu que fosse colocada em prática uma ação externa estável e pouco conflituosa do ponto de vista da disputa e do jogo político. Tal fato impactou e se mostrou coerente no que diz respeito a ação externa e os objetivos do município (SALOMÓN; NUNES, 2017)

As bases institucionais iniciais de POA se deram em cima do Gabinete Extraordinário para a Captação de Recursos em 1993 que sob o mando de Tarso Genro (PT, 1993-1996) veio a se firmar como a Secretaria Extraordinária de Captação de Recursos (Secar). Em 1996 a Secar passou a se chamar Secretaria Extraordinária de Captação de Recursos e Cooperação Internacional. Desde 1994 já coordenava a agenda de relações internacionais da prefeitura em sua totalidade (SALOMÓN; NUNES, 2017).

Interessantemente, nesse mesmo período, o Fonplata começava a negociar diretamente com alguns governos subnacionais sendo observado aqui tanto uma lógica de facilitação e de estruturação das instituições internas, quanto uma aceitação e busca de contato das instituições internacionais para com os governos locais. Porto Alegre e São Paulo se mostraram como sendo as primeiras cidades a conseguir esse tipo de visibilidade. Antes dos dois municípios, não havia negociação direta de acordos com agências internacionais desse porte em nosso país.

No estudo comparativo de Monica Salomon e Carmen Nunes é visto que a institucionalização das Relações Internacionais de Porto Alegre veio como modelo importado do governo do Estado, no caso, o Rio Grande do Sul. Vários aspectos internos e comportamentais das diferentes esferas de governança são colocados em evidência, sendo o governo do Rio Grande do Sul um destaque usado pelas autoras como modelo basilar de ação internacional e escrutínio (SALOMÓN; NUNES, 2017).

Como argumentado pelas autoras, Porto Alegre importou quase da mesma forma a sua institucionalização do governo regional, sendo seu modelo de captação de recursos uma tentativa de mimese estrutural que já existia pronta no governo estadual. Já havia sido implementada e bem sucedida uma estrutura parecida por parte do governo do Estado que vinha conseguindo obter grandes êxitos no que tocava a negociação e obtenção de recursos com agências internacionais. Nos dois casos o que predominou institucionalmente foi a separação das duas dimensões principais dentro da secretária. A econômica (voltada a captação de recursos e investimentos) e a política e de cooperação.⁹

Logo depois da criação desse modelo de recursos voltado a captação -o qual obteve grande êxito sendo principal fomento da reforma do pronto-socorro da cidade- o prefeito Tarso Genro com o apoio do secretário da Secar, José Utzig transformou o Gabinete de Captação de Recursos numa secretaria permanente que abrangia toda a coordenação e atividades internacionais da prefeitura. Ali se finalizava o histórico de criação da estrutura institucional de Porto Alegre sendo a estrutura criada em 1994 quase a mesma dos dias de hoje.

Interessante observar que com o passar do tempo, a estrutura da SMRI de Porto Alegre se desmantelou (de acordo com informações da própria prefeitura, a Secretaria mudou de nome mas continua com as mesmas funções ainda sendo considerada uma SMRI, considero assim o desmantelamento mais uma alteração do que já foi a Secretaria um dia, do que a total exclusão ou desconsideração da estrutura institucional uma vez criada) mas mesmo assim continuou a promover uma internacionalização ativa da cidade. Uma vez criada, a instituição, mesmo em seus períodos de maior fragilidade e incerteza (grande parte devido a fatores externos, mudança de governos, mudança das metas e planos da cidade para o futuro, etc;) conseguiu sobrepor certas dificuldades e

⁹ No caso citado, a primeira negociação do estado do Rio Grande do Sul com o Banco Mundial serviu de exemplo a João Carlos Brum Torres -PMDB- ex-funcionário do Gabinete de captação de recursos de Porto Alegre. Isso nos mostra de certa forma uma neutralidade política no que tangia a coordenação das Relações Internacionais na prefeitura de Porto Alegre, já que por 4 gestões (1989-2004) o partido dos trabalhadores esteve a frente da coordenação da prefeitura, mas mesmo assim, conseguiu coordenar ações e intenções de outros partidos com vistas a intensificar o processo de internacionalização da cidade.

manter coeso alguns de seus processos de internacionalização (PORTO ALEGRE, 2018)

Atualmente, de acordo com informações do site da própria prefeitura, a SMRI é chamada Secretaria Municipal de Relações Institucionais e articulação política. Essa, criada em 2017, é resultado de reformulações e mudanças de liderança no governos que administraram a prefeitura ao longo dos últimos anos. Apesar do nome diferente, ela ainda mantêm as funções de: a) planejar, coordenar, articular e controlar as políticas internas e externas do município; b) formular políticas de governança institucional; c) apoiar o prefeito no relacionamento institucional; e, d) gerir os processos vinculados ao ciclo anual de operação do Orçamento Participativo e a relação com os Conselhos Municipais e de Governança Local, por meio da identificação de demandas da sociedade, e ainda, desenvolver, implementar e supervisionar projetos locais e territoriais, por meio dos canais de atendimento e dos Centros de Relações Institucionais e Participativas – CRIPs. (PORTO ALEGRE, 2018)

Percebe-se que Porto Alegre conseguiu promover uma expansão institucional de sucesso dentro de sua prefeitura. A atuação internacional da cidade hoje (apesar do conturbado contexto político e social em que o país se encontra) se mostra ainda focada baseada principalmente nos conceitos de *city marketing* e da participação em Redes internacionais de cidades.

Sob uma perspectiva mais ampla percebe-se que a institucionalização também foi importante no contexto das redes e do irmanamento de cidades. Em 2004, ou seja, logo depois do processo de criação da secretaria já estabelecido e funcionando, a cidade juntamente com outros municípios internacionalizados e pioneiros ajudou a fundar a (CGLU) Cidades e Governos Locais Unidos. A Rede é vista por vários analistas como a maior organização internacional de cidades no Sistema Internacional hoje e conta com mais de 150 integrantes. A cidade, a partir de 2015 também é responsável pela representação da América Latina na organização e se mostra atuante em diferentes discussões e agendas dentro da CGLU (UNITED CITIES AND LOCAL GOVERNMENTS, 2006).

Percebe-se assim, a importância da articulação internacional de Porto Alegre, gerada principalmente pela criação de sua secretaria nos anos 90. A cidade ao mesmo tempo que promove e delimita seu perfil internacional pela representação e pró-

atividade no órgão, também representa regionalmente a região latina se inserindo num contexto mais global e não somente local de representação. Assim, é fato que as novas relações estabelecidas depois da criação da Secretaria favoreceu a comunicação e proeminência da cidade principalmente no tocante a Rede e na cooperação bilateral entre municípios.

No caso da Rede, Porto Alegre se mostrou proativa na criação e manutenção da representatividade dos interesses latinos e subnacionais. Na cooperação bilateral entre cidades, a capital do Rio Grande do Sul mostra grande interesse no irmanamento sendo os últimos casos e mais famosos o irmanamento com a cidade de Tampa, no estado da Flórida em 2013, e também por causa da imigração e grande significado simbólico a homenagem feita em 2015 à cidade de Morano Calabro na Itália. As duas cidades são cidades irmãs desde 1982 sendo a integração feita com a finalidade de se criar relações econômicas, culturais e laços de cooperação (PORTO ALEGRE, 2013; 2015).

O sucesso obtido pela capital gaúcha promoveu maior visibilidade internacional e desenvolvimento planejado de sua atuação internacional. Sua experiência comprova a importância da internacionalização de municípios e possibilita experiência empírica necessária para a replicação do projeto em outros governos locais.

Outra exemplificação de sucesso prático da institucionalização da SMRI na cidade foi a atração e criação de eventos e fóruns internacionais. Exemplo mais famoso foi o do Fórum Social Mundial (FSM) em que a cidade foi sede no primeiro ano de sua criação (2001) e de vários outros anos. De acordo com informações do próprio site do evento:

“O Fórum Social Mundial nasceu em 2001 por organizações e movimentos sociais que, a partir de uma proposta inicial, se auto-convocaram e mobilizaram para um grande encontro em Porto Alegre, em contraposição ao neoliberalismo representado pelo Fórum Econômico Mundial, que ocorria ao mesmo tempo em Davos, na Suíça [...] Com as primeiras edições em Porto Alegre (2001, 2002, 2003 e 2005), o FSM percorreu o mundo com encontros em Mumbai, Caracas, Karachi, Bamako, Nairobi, Belém, Dacar, Tunis e Montreal. Além de edições temáticas, regionais, continentais.”
(WORLD SOCIAL FORUM, 2018)

Interessante notar a influência que a cidade exercia no contexto global da época. Fazer frente ao Fórum Econômico Mundial representava além de uma ousadia militante progressiva de uma cidade buscando visibilidade internacional. Representava também

um alinhamento com países subdesenvolvidos que de certa forma sofrem com a globalização e as decisões que os países desenvolvidos fazem nos fóruns econômicos mundiais e demais organizações.

Feita a revisão histórica e política do processo de internacionalização da cidade de Porto Alegre portanto, analisemos então de acordo com os pontos levantados por Soldatos como o município se mostra através das suas características e qualidades de uma cidade global. Dentro os pontos levantados pelo autor, temos aqueles de maior força em que a cidade se destaca. São eles: a posição geográfica (fator 1); a multiplicidade de elementos que permite a comunicação com o exterior (fator 5); o acolhimento regular de encontros internacionais (fator 9); o exercício da paradiplomacia urbana apoiada em serviços especializados de relações internacionais como estratégia de internacionalização (fator 11 e elemento basilar do trabalho) e a manutenção de acordos e protocolos com atores internacionais associada a participação de rede de cidades (fator 12).

Vale notar também usando-se de Soldatos como ferramenta, como o nível de internacionalização da cidade pode ser afetado positivamente por instituições fora da prefeitura. Visto que após a criação da Secretaria o processo de internacionalização passa a atingir outras partes que não necessariamente tem conexão direta com a prefeitura ou as esferas de governo locais, mas que passam a se internacionalizar ativamente.

É o caso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), de acordo com dados da própria universidade em seu relatório: Indicadores Quantitativos de internacionalização da UFRGS, em 2014/2 houve um total de quase 500 alunos fazendo mobilidade internacional na categoria de *outgoing* (afastamento de alunos ao exterior) pela universidade. Esse número em 2015/1 foi reduzido atingindo cerca de 350 alunos mas ainda sim mostra uma grande quantidade de alunos indo estudar no exterior. Os países de maior procura são: Reino Unido, Estados Unidos, Portugal, Alemanha, França, Espanha, Itália, Austrália e Argentina sendo a quantidade dos outros países de destino não muito significativas. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE RIO GRANDE DO SUL, 2015)

Os dados de na modalidade de *ingoing* (recebimento de estudantes) são ainda mais impressionantes representando em 2015/2 mais de 650 alunos estrangeiros

matriculados. A maioria é originária da Colômbia, China, Argentina, Peru, França e México. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE RIO GRANDE DO SUL, 2015)

É notável tal movimento já que esse se mostra como interconexão de dois fatores importantes de internacionalização de acordo com a divisão de Soldatos. Eles são os fatores 2 (receber fatores de produção estrangeiro) e o 4 (exportar fatores e suas instituições socio-econômicas, culturais e científicas com presença no exterior). Do alargamento e melhoria nessas condições, observa-se uma contribuição para desenvolvimento do fator 5 (multiplicidade de comunicações sociais com o exterior) e o 12 (acordos e protocolos com atores estrangeiros).

Nessa última categoria de acordos e protocolos com atores estrangeiros a universidade tem um total de 63 assinados em 2013, e 62 em 2012, totalizando a soma de 191 acordos internacionais vigentes em 2013 e 136 e 2012. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE RIO GRANDE DO SUL, 2015)

Parece insignificante, mas a internacionalização da universidade como centro científico acaba por difundir e concretizar ainda mais a internacionalização promovida pela SMRI e pela prefeitura. Cabe claro, relativizar e considerar alguns fatores externos que possam enfraquecer meu argumento de que a Universidade foi influenciada ou influenciadora no processo de internacionalização. Devemos levar em conta fatores como a particularidade da internacionalização do ensino (programa Ciência Sem Fronteiras criado pelo governo Federal na época da administração de Lula); o Mercosul e sua influência principalmente na entrar do novo milênio; o fim da agenda neoliberal no contexto da america latina no fim dos anos 90 e início dos 2000; a entrada de um governo progressista que aumentou as relações com atores que antes não eram reconhecidos de importância pelo governo brasileiro (cooperação Sul-Sul); etc.

Para finalizar a exposição do caso, segue uma tabela que pretende traçar parâmetros de acordo com a métrica teórica escolhida (Soldatos) dos fatores que mais influenciavam a internacionalização na cidade no momento da criação da Secar (1994) e no momento da mudança de nome da Secretaria (SMRI em 2017) com vistas a observar a diferença que a institucionalização fez na cidade e nos seus fatores de internacionalização.

Tabela 1:

Fatores levantados 1994	Fatores levantados 2017
1- Posição geográfica de abertura para o mundo	1- Posição geográfica de abertura para o mundo
3- Abriga instituições estrangeiras e internacionais (empresas, bancos e diversas outras instituições sócio-econômicas, culturais e científicas; organizações internacionais; etc.)	2*- Recebe fatores de produção estrangeiros (investimento, mão de obra, etc) e fluxo de comércio (mercadorias e serviços);
6- É diretamente interligada com o exterior por meio de transporte e de comunicações	3- Abriga instituições estrangeiras e internacionais (empresas, bancos e diversas outras instituições sócio-econômicas, culturais e científicas; organizações internacionais; etc.);
7 - Possui um setor de serviços voltado para o exterior e oferece um sistema de suporte aos atores estrangeiros ou internacionais (hotéis, escolas internacionais, centros de convenções, etc.)	4*- Exporta fatores de produção e suas instituições econômicas, sociais, culturais e científicas têm presença no exterior;
13 - Possui uma população com composição étnica diversificada	5- Multiplicidade de comunicações sociais com o exterior;
	6- É diretamente interligada com o exterior por meio de transporte e de comunicações;
	7- Possui um setor de serviços voltado para o exterior e oferece um sistema de suporte aos atores estrangeiros ou internacionais (hotéis, escolas internacionais, centros de convenções, etc.);
	9**- Acolhe regularmente encontros e outros tipos de atividades internacionais (congressos, exposições, festivais, jogos esportivos, etc.);
	11**- Exerce uma paradiplomacia urbana (pública ou privada), apoiada em serviços especializados de relações internacionais e em estratégias de internacionalização;
	12**- Mantém entendimentos (acordos, protocolos, etc.) com atores estrangeiros ou internacionais e participa das redes internacionais de cidades ou de instituições de cidades;
	13**- Possui uma população com composição étnica diversificada

*Fatores 2 e 4 foram positivamente influenciados pela maior inserção internacional da faculdade.

** Fatores 9, 11, 12, 13 dizem respeito diretamente a melhorias após a criação da SMRI como estrutura formal para lidar com as relações internacionais do município.

De acordo com a tabela exposta acima, podemos observar diretamente a diferença que a Secretaria pode fazer naquelas características que condizem com o perfil de uma cidade internacional. Acolher encontros internacionais, exercer paradiplomacia urbana e ativa, assim como manter acordos e protocolos são atividades que são otimizadas se feitas ou organizadas pela estrutura condizente ou SMRI.

Considerações finais

Sendo reconhecido o aumento tanto da importância dada, quanto do número de municípios que priorizaram em suas agendas a tentativa de se internacionalizar é observada a partir dos anos 90 e início dos anos 2 000 uma nova forma de se ver e de se fazer relações internacionais no Brasil. A tendência de descentralização política, assim como o aumento das capacidades e informações disponíveis aos municípios levou a uma nova forma de compreensão dos agentes subnacionais no país.

Visto as contradições que envolvem o tema, é notado que nem todos aqueles que se prontificam a internacionalizar conseguem realizar ou até mesmo começar o processo. Os dados mostrados no presente artigo mostram que vários municípios tentam adquirir em seus planos de governo a agenda e a prática internacional, mas pouquíssimos deles conseguem institucionalizá-la ou efetivá-la de algum modo que promova evolução de seus processos. Visto que o *stop and go* se mostra ainda uma forma predominante de ação entre aqueles que tentam se internacionalizar, a institucionalização de uma Secretaria de Relações Internacionais pode ser usada para romper com tal movimento e sanar dificuldades entre aqueles que propõem se inserir internacionalmente.

O caso de Porto Alegre assim, nos serve de exemplo àquelas cidades que estão no processo inicial de internacionalização e que pretendem analisar e desenvolver uma estratégia condizente com as capacidades disponíveis. Como observado, a cidade de Porto Alegre por meio de sua internacionalização conseguiu resultados notáveis que não se dissolveram ao longo do tempo e até mesmo a supressão de demandas internas e locais (como é o caso da melhora e construção de um novo pronto-socorro para a cidade

com investimento proveniente de agências internacionais, participação na criação da CGLU, sediamiento do FSM, expansão da internacionalização da UFRGS) confirmando assim a hipótese inicialmente levantada de que a internacionalização (em grande parte motivada e organizada pela SMRI) pode servir para promover melhorias internas e locais em que o Estado e a União não consegue necessariamente notar ou favorecer.

Por fim, reconhece-se a precariedade do cenário das SMRI no Brasil. É visto como necessária a abertura, manutenção e investimento por parte daqueles agentes que queiram fortalecer suas atividades subnacionais e que almejam a internacionalização em instituições focadas e específicas para tal. Geralmente o que se vê, e acontece na maioria dos casos, são os assuntos internacionais deslocados para secretarias não específicas ao tema dentro das prefeituras. A institucionalização de um órgão específico assim, pode trazer grandes benefícios se mostrando a melhor opção de estratégia inicial ao município que tenta se destacar internacionalmente.

REFERÊNCIAS

BACHE, Ian; FLINDERS, Matthew (Ed.). *Multi-level governance*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. *Local y global: la gestión de las ciudades en la era de la información*. Madrid: Taurus, 1997.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <<http://goo.gl/6TTiHQ>>. Acesso em: 23 fev. 2018.

BRENNER, Neil. *New State Spaces: urban governance and the rescaling of statehood*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. **As cidades como atores políticos: dossiê cidades**. Novos estudos Cebrap, São Paulo, n.45, p 152-167, jul. 1996)

CASTELLS, Manuel; GERHARDT, Klauss Brandini. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A era da informação. Economia, sociedade e cultura; 1).

CRIEKEMANS, David. **How subnational entities try to develop their own ‘paradiplomacy’. The case of Flanders (1993-2005).**: Challenges for Foreign Ministries: Managing Diplomatic Networks and Optimising Value. 2006. 27 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de International Relations, International Conference Challenges For Foreign Ministries: Managing Diplomatic Networks And Optimising Value, Geneva,, 2006.

HOCKING, Brian. **Regionalismo: uma perspectiva das relações internacionais**. In: VIGEVANI, Tullo et al. (Org). A dimensão subnacional e as relações internacionais. São Paulo: Editora UNESP; Bauru: EDUSC, 2004.

KEATING, Michael. **Regiones y asuntos internacionales: motivos, oportunidades y estratégias**. In: ALDECOA, Francisco; KEATING, Michael (Org.). *Paradiplomacia: las relaciones internacionales de las regiones*. Madri: Marcial Pons-Ediciones Juridicas Y Sociales, 2000.

KEATING, Michael. **The new regionalism in western Europe: territorial restructuring and political change**. Aldershit: Edward Elgar, 1998.

KEOHANE, Robert O. & NYE, Joseph S. *Power and Interdependence*. 2 ed., Harper Collins, 1989.

MARTINELLI, Tatiana. **Soberania nacional e suas limitações: uma análise das possíveis limitações causadas pela integração regional e pela inserção internacional dos governos subnacionais**. In: CEDEC (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea), UNESP (Universidade Estadual Paulista), PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) e FGV/SP (Fundação Getúlio Vargas, São Paulo). *Gestão Pública e inserção internacional das cidades*. 2 Relatório Científico. São Paulo: CEDEC, UNESP, PUC/SP, FGV/SP, 2007.

MILANI, C.; RIBEIRO, M. C. International relations and the paradiplomacy of Brazilian cities: crafting the concept of local international management. **BAR**, Curitiba, v. 8, n. 1, art. 2, jan./mar., 2011, p. 21-36.

MIKLOS, Manoela Salem. **A inserção internacional de unidades subnacionais percebida pelo Estado Nacional: a experiência brasileira**. (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP). São Paulo, 2010.

PAQUIN, Stéphane. **Paradiplomatie et relations internationales: théorie des stratégies internationales des régions face à la mondialisation**. Bruxelles: Presses Inter universitaires Européennes, 2004.

PORTO ALEGRE. PREFEITURA DE PORTO ALEGRE . **Secretaria Municipal de RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E ARTICULAÇÃO POLÍTICA: SMRI**. 2018. Disponível em: <<https://alfa.portoalegre.rs.gov.br/smri>>. Acesso em: 30 out. 2018.

PORTO ALEGRE. PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **Cidade-irmã Morano Calabro é homenageada pela Câmara**. 2015. Disponível em: <http://www2.camarapoa.rs.gov.br/default.php?reg=24163&p_secao=56&di=2015-04-14>. Acesso em: 10 dez. 2018.

PORTO ALEGRE. PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **Porto Alegre e Tampa se tornam cidades-irmãs: Irmanamento**. 2013. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smg1/default.php?p_noticia=164760&PORTO+ALEGRE+E+TAMPA+SE+TORNAM+CIDADES-IRMAS>. Acesso em: 10 dez. 2018.

RIBEIRO, Maria Clotilde. **Globalização e novos atores: a paradiplomacia das cidades brasileiras** [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, 214p. ISBN 978-85-232-1201-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

ROSENAU, James. **Turbulence in world politics**. Princeton: Princeton University Press, 1990.

SALOMÓN, Monica. **Em que medida é possível integrar a cooperação descentralizada na dimensão Sul-Sul da política externa brasileira?** Mural Internacional, ano III, n. 2, dez. 2012, pp. 09-15.

SALOMÓN, Mónica; NUNES, Carmen. **A Ação Externa dos Governos Subnacionais no Brasil: Os Casos do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre. Um Estudo Comparativo de Dois Tipos de Atores Mistos: Os Governos Subnacionais nas Taxonomias de Atores Internacionais**. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 1, n. 29, p.99-147, 25 out. 2017. Semestral.

SOLDATOS, Panayotis. **La nouvelle génération de villes internationales: phénomène de segmentation des rôles traditionnels de l'état-nation**. PHILIP, Christian; SOLDATOS, Panayotis. *Au-delà et en deçà de l'état-nation*. Bruxelas, Bruylant, 1996. p. 203 a 236.

UNITED CITIES AND LOCAL GOVERNMENTS (Barcelona). **Learning UCLG**. 2015a. Disponível em: . Acesso em: 03 out. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RIO GRANDE DO SUL. **Indicadores Quantitativos de internacionalização UFRGS**. Porto Alegre: Relinter, 2015. 8 p. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/relinter/arquivos/indicadores-quantitativos-de-internacionalizacao>>. Acesso em: 30 out. 2018.

VIGEVANI, T; PRADO, D F. **Ações e problemas para a paradiplomacia no Brasil**. In: SALA, José Blanes; GASPAROTO, Ana Lúcia (Org.). **Relações**

Internacionais: polaridades e novos/velhos temas emergentes. Marília: Unesp, 2010, p. 25-54.

WORLD SOCIAL FORUM (Porto Alegre). **World Social Forum:** Histórico - conheça a trajetória do FSM. 2018. Disponível em: <<https://wsf2018.org/historico-conheca-trajetoria-do-fsm-2018/>>. Acesso em: 26 nov. 2018.